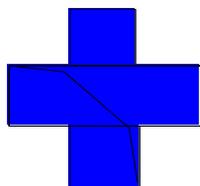




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTESIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CES-MT

1 **Ao quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e onze**, às quatorze horas e trinta minutos, no
2 Hotel Fazenda Mato Grosso, situado no Bairro Coxipó em Cuiabá-MT, deu início à **centésima**
3 **octogésima oitava reunião ordinária** do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso. Devido a
4 ausência do Presidente do Conselho, o Vice presidente, o Sr. Carlos Eilert conduziu a reunião. **O**
5 **Vice Presidente do CES/MT, o Sr. Carlos Eilert**, fez os devidos cumprimentos e após a
6 conferência de quorum deu início a reunião com 14 (Quatorze) conselheiros presentes. Antes de
7 iniciar **o conselheiro João Dourado propõe** uma inclusão de pauta ao Pleno, propõe um
8 chamamento para uma reunião extraordinária dia 11/05 para discutir as questões sobre medicamentos
9 e deixe a pauta sobre a discussão de resíduos sólidos para a próxima reunião extraordinária do mês de
10 junho. Em seguida **a conselheira Lilia pede inclusão** de pauta para que se apresente os processos
11 que se encontram na Comissão de Ética do CES/MT. Em seguida **a Conselheira Maria Ortiz**
12 **propõe** inclusão de pauta para recompor a Comissão que analisa a reformulação da Lei
13 Complementar 22. Em seguida **o Presidente colocou em votação a primeira** proposta feita pelo
14 conselheiro João Dourado, que foi aprovada por 14(quatorze) votos favoráveis e um contrário. Em
15 seguida **o Presidente colocou em votação a segunda** proposta da conselheira Lilia, que com 9
16 (nove) votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções foi aprovada. Em seguida **o Presidente**
17 **colocou em votação a terceira** proposta feita pela conselheira Maria Ortiz, que foi aprovada com 9
18 (nove) votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção. Após a votação das inclusões de
19 pauta o Presidente dá início a apresentação. **Pauta 2.1** – Apresentação, análise, discussão e
20 deliberação do Relatório Trimestral de Gestão. Em seguida **a Técnica Lucinéia fez** a apresentação
21 dos recursos aplicados de janeiro a março de 2011, demonstra a relação de processos conclusos do
22 primeiro trimestre. Lucinéia começa a apresentação pelas Auditorias iniciadas e concluídas no
23 primeiro trimestre, a relação de pareceres, a relação de prestação de contas, faz uma demonstração
24 das auditorias realizadas em gráficos e em seguida demonstra os dados sobre o montante de aplicação
25 dos recursos, especificando as fontes dos recursos da SES, demonstra a execução por unidade,
26 programa, projeto/atividade e fonte. Demonstra ainda a execução por programa e diz que o recurso
27 destinado para a saúde em 2011 é de R\$ 950.043.383,66 referente a 12% da fonte do Estado. Após a
28 introdução Lucinéia começou fazendo a apresentação do primeiro programa. **Programa 036 – Apoio**
29 **Administrativo, que tem como objetivo, promover os órgãos do Estado dos meios**
30 **administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.** Diz que esse
31 programa tem uma dotação inicial de R\$ 48.662002,57 e que esta relacionado aos contratos. Após a
32 apresentação do programa **o Presidente abre para as discussões** ao Pleno dobre o referido
33 programa. Em seguida **o Conselheiro João Dourado diz** que acha estranho, pois mais uma vez o
34 Secretário de Estado atropelou o CES. Diz que em 2009 o Conselho discutiu o PCCS dos servidores,
35 nos propomos muitas questões nesse PCCS e isso não foi cumprido e recentemente o Governo
36 apresentou um PCCS aos trabalhadores e foi aprovado pela categoria, porem se o PCCS é um Plano o
37 Conselho teria que aprovar esse Plano e isso não foi feito. Diz ainda que gostaria de estabelecer e
38 discutir o relatório detalhado e que a auditoria do Ministério esta cobrando isso. João Dourado relata
39 que não tem conhecimento dos impactos das ações que não foram executadas, isso é muito
40 importante e temos que conhecer. Em seguida **a Conselheira Maria Aparecida Amorim esclarece**
41 que o PCCS já passou para aprovação no Pleno em uma reunião extraordinária e que não haveria
42 necessidade de passar novamente. Em seguida **o Conselheiro Edvande diz que gostaria** de saber



SUS

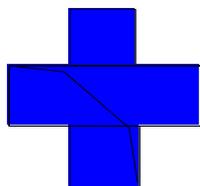
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

43 com relação ao transporte, pois em 2010 foi discutido no Conselho que deveria ser descartado
44 quarenta veículos e tínhamos pactuado que seria comprado 30 caminhonetes e que essas seriam do
45 quadro permanente da SES, gostaria de saber como esta essa situação? Em seguida **a Conselheira**
46 **Zuleide diz que** as negociações feitas com o Governo com relação ao PCCS, foram aprovadas no
47 Conselho, diz ainda que foi um grande avanço o PCCS ser aprovado por uma Lei Complementar e o
48 Governo reconheceu que temos respaldo jurídico. Em seguida **o Conselheiro Bazan diz que** a fonte
49 134 foi aprovado e quase 70% de Le já foi empenhado. Diz que o que preocupa é que as vezes se
50 empenha suficiente proporcional ao mês, mas não é pago proporcional ao mês e pergunta o que esta
51 acontecendo? Em seguida **a Conselheira Marivanda diz gostaria** que o Pleno se atentasse ao que
52 estava sendo apresentado em 2011, pois o que foi do ano passado já foi discutido na reunião passada.
53 Em seguida **a Técnica Lucinéia faz os esclarecimentos** dos questionamentos. Diz que com relação
54 ao questionamento do João Dourado, não existe uma clareza entre os órgãos DENASUS,
55 Assembléia, Conselho, SES de como deve ser esse relatório, pois a Lei diz mas não instrumentaliza,
56 com isso cada área vai de sua forma. Com relação ao detalhado tem que se buscar formas de fazê-lo.
57 Com relação a frota própria e aluguel de carros é uma questão de Governo. Nós buscamos o
58 Secretário da época e dissemos que deveria se fazer isso, mas em 2010 foi muito complicado. Diz
59 que agora a Comissão vai resgatar esse material de meados de 2010 passar para o gestor para que ele
60 tome um posicionamento quanto a isso. Com relação ao que o Conselheiro Bazan colocou, Lucinéia
61 diz que o orçamento da SES hoje, dos novecentos e cinquenta milhões foi feito um estudo e
62 demonstrado ao Secretário, e 95% disso são despesas da SES normal do dia a dia. Em seguida **a**
63 **Conselheira Aparecida Clestiane** faz um questionamento e diz se 95% são de despesas normais do
64 dia a dia, quer dizer que resta apenas 5% para investimentos? Em seguida, **Lucinéia esclarece que,**
65 com relação a investimentos está no programa 279 que ainda vai ser discutido, mas adianta que o
66 recurso é pouco e quase não dá para investimentos. Em seguida, **Lucinéia da seqüência** na
67 apresentação dos programas. **Programa 996 – Operações Especiais, objetivo atender outros**
68 **encargos especiais.** Diz que esse programa se trata de recolhimento do PIS/PASEP. **O Programa**
69 **142 – Gestão da Tecnologia e informação,** com o objetivo de disponibilizar informações integradas,
70 seguras e suficientes aos processos de negócio da Administração Pública Estadual. Se trata da área da
71 informática da SES, muito importante que hoje encontra-se em colapso. Não havendo nenhuma
72 objeção a Técnica passa para o próximo programa. **Programa 273 – Efetivação da Política de**
73 **Assistência Farmacêutica,** com o objetivo de ampliar o acesso dos usuários à Assistência
74 Farmacêutica. Lucinéia diz que sete milhões desse montante de dezessete milhões é para farmácia da
75 atenção básica e diabéticos, já empenhados até dezembro. Após a apresentação o Presidente abre a
76 discussão e questionamentos ao Pleno. Em seguida **a Conselheira Maria Luiza faz** algumas
77 reflexões e diz que todos tem que desmistificar que as OSS vão dar resultado. Diz ainda que a
78 questão dos medicamentos é um gargalo, a execução não funciona. A prevenção, promoção e
79 assistência farmacêutica continua sendo uma ótima saída. Diz que é muito triste ver na mídia
80 veiculado o quantitativo de medicamentos vencidos, estocado por falta de gerenciamento e como
81 conselheiros é preciso rediscutir essas questões. Em seguida **o Conselheiros Bazan diz que** com
82 relação ao programa 273. Diz que, desde que entrou no conselho houve um incremento de oitenta e
83 dois milhões no seu orçamento, com relação a equipamentos hospitalar houve um incremento de
84 240%, na assistência farmacêutica 50% de incremento e atendimento a população dos medicamentos



SUS

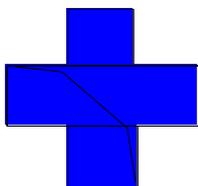
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

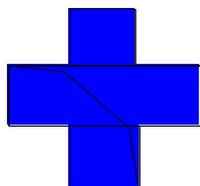
85 excepcionais 70%. Saiu de vinte e dois milhões para trinta e nove milhões e em 2011 temos setenta
86 milhões já no início do ano. Diz que temos uma eficiência de apenas 5% em três meses em 2011 e
87 isso não pode acontecer, isso é problema de gestão, de treze milhões em três meses e não está pago
88 nada. Fez um questionamento de como fica o município nessa situação se não foi empenhado e nem
89 pago nada? Diz ainda que no programa 2963, 40% empenhado, pago duzentos mil reais, de oito
90 milhões para se gastar no ano, pagamos apenas duzentos mil reais. Medicamentos de protocolo
91 clínico, programa 2967, em três meses pagamos cinquenta mil reais, isso vai refletir no usuário. Em
92 seguida **o Conselheiro João Dourado diz** que em muitos municípios estão em dificuldades de
93 medicamentos, e faz um questionamento: pergunta se já está em andamento e regularizada a questão
94 das portarias dos encaminhamentos dos medicamentos para os municípios? Isso já foi solucionado?
95 Em seguida **a Conselheira Conceição faz** um esclarecimento em nome da gestão, diz que a SES está
96 atuando fortemente em relação a reorganização da assistência farmacêutica, isso é uma das
97 prioridades da SES. A SES mudou a plataforma de aquisição para dar maior agilidade ao registro de
98 preços. Em relação aos medicamentos vencidos, Conceição diz que também está como prioridade
99 uma auditoria para se levantar as causas disso, para que isso não volte a acontecer. Em seguida **o**
100 **Conselheiro Antônio Cordeiro faz o seu questionamento e diz que** como foi falado e mostrado o
101 recurso do Estado, de quarenta milhões está pago e o do ministério zerado, pago do Estado cento e
102 vinte mil e do ministério apenas dois mil reais. Porque acontece isso? Não se consegue gastar, não é
103 liberado, não tem projeto para usar esse recurso, como fica isso? Após os questionamento a técnica
104 Lucinéia faz os esclarecimentos. A **Técnica Lucinéia diz** que boa parte das angustias dos
105 conselheiros será respondido na reunião extraordinária do dia 11/05. Diz que podemos perceber que
106 orçamento não é problema, o problema é a questão de gestão, do processo de licitação e da
107 dispensação, dispensar para os municípios também é um problema. Com relação ao questionamento
108 do Conselheiro João Dourado, Lucinéia diz que a assistência farmacêutica se divide para os
109 municípios em duas etapas dentro do programa: direta e indiretamente. Dentro desse programa 2762
110 ela esta indiretamente, porque esse programa atende aos quatro Hospitais Regionais, que atende aos
111 municípios que estão em sua referência. Já o outro programa que tem os sete milhões, atende
112 diretamente os municípios, que é recurso para a atenção básica. Diz ainda que é prioridade da SES
113 empenhar a rede CEMAT. Pois se temos um compromisso com um fornecedor, temos que empenhar
114 porque é o nosso compromisso, como diz a Lei de Responsabilidade Fiscal. Após os esclarecimentos
115 **a Técnica Lucinéia da seqüência** a apresentação dos programas. **Programa 274** – Efetivação da
116 Atenção Básica a partir da Estratégia Saúde da Família, objetivo é fortalecer a atenção básica
117 adotando a estratégia saúde da família como centro ordenador da assistência no SUS e das
118 articulações inter-setoriais de modo a promover a atenção integral do indivíduo, tem um orçamento
119 inicial de cinquenta e nove milhões e já foram empenhados cinquenta e dois milhões e pago quatro
120 milhões. Esse projeto é para a o Saúde da Família, saúde bucal, projeto PASCAR, monitoramento e
121 avaliação da atenção básica e para a consolidação das ações programáticas nos municípios do Estado.
122 Após a apresentação, o Presidente abre para discussão aos conselheiros. Em seguida **o Conselheiro**
123 **João Dourado faz** o seu questionamento e diz que gostaria de saber do diagnósticos desses
124 municípios que já adequaram a essa situação e os que ainda estão pendentes, pois isso é um
125 instrumento importante para a Comissão de Monitoramento do CES levar aos municípios para
126 discutir com o Conselho local. Em seguida **a Conselheira Aparecida Clestiane faz o seu**





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

127 **questionamento, pergunta** com relação aos que ainda estão em processo, que ainda não tem o
128 CNPJ, assim que regularizarem, eles vão receber o retroativo? Diz ainda que esta preocupada com o
129 investimento, pois foi mostrado que restam apenas 5% para investimento, se a tendência é que os
130 municípios se expandam ainda mais a sua cobertura, como o Estado vai atender a esse crescimento?
131 Em seguida **a Conselheira Leila Boabaid diz** que todos tem convivido com essa problemática a
132 muito tempo, com relação ao CNPJ dos municípios, o município recebe o financiamento mas quem
133 faz todo o processo licitatório de aquisição é a Secretária de Administração e Finanças e isso dificulta
134 muito a situação dos municípios. Diz que na discussão com a Comissão de Medicamentos do CES,
135 houve um encaminhamento no sentido de que a SES pudesse fazer uma ATA de registro para que os
136 municípios pequenos pudessem fazer a aquisição através dessa ATA. Em seguida **a conselheira**
137 **Maria Luiza diz** que com relação as fontes e a execução é muito preocupante, pois estamos vendo
138 em todos os programas uma baixa execução. Ortiz pergunta o porque disso e se os recursos do
139 Ministério estão sendo sub utilizados? O que esta acontecendo para essa não execução? **Em seguida**
140 **o Conselheiro Bazan diz** que o programa tem 87% do seu orçamento empenhado e a atenção básica
141 e a Rede Cemat é prioridade, diz ainda que isso é política e isso é a política do CES/MT. Em seguida
142 **a Conselheira Conceição faz um** esclarecimento com relação ao questionamento da conselheira
143 Aparecida Clestiane, e diz que em relação da capacidade da SES em responder financeiramente, a
144 capacidade hoje do PTA da SES em investimento é uma porcentagem mínima, mas com os ajustes
145 feitos na aquisição, nos processos organizacionais e administrativos da Secretaria, espera-se com isso
146 conseguir um valor de recursos para que possa efetivamente em 2011 efetivar essas questões, vai ser
147 focado nas dezesseis referências, esse é um ajuste que está sendo feito. Em seguida **a Conselheira**
148 **Marivanda Eilert diz** que percebe uma coisa importante na questão do monitoramento e avaliação
149 da Atenção Básica, junto com o relatório poderíamos ter uma informação mais subsidiada de quais
150 são os municípios que estão recebendo esse aditivo e cumprir a sua tarefa dentro de uma meta
151 estabelecida. Em seguida **a Conselheira Edite esclarece** a Conselheira Marivanda que em uma
152 reunião sobre a atenção básica foi colocado todas as questões sobre o monitoramento das ações e que
153 são monitoradas 100%, e só recebe recurso o município que está cumprindo e quem informa isso é o
154 Escritório Regional. Após os questionamentos **a Técnica Lucinéia faz os esclarecimentos.** A
155 Técnica diz que com relação ao questionamento do João Dourado, vamos solicitar para a
156 Coordenadoria Financeira para repassar essa informação ao Conselheiro. Com relação ao COSEMS,
157 o investimento que foi falado é investimento de capital que é obra, reforma e construção. Com
158 relação ao que a conselheira Leila Boabaid disse que o CNPJ do fundo já foi um avanço muito
159 grande, mas que temos que ir para outras lutas. Com relação ao questionamento da Conselheira Maria
160 Ortiz, dos 95% que foram apresentados é da fonte 134, não é em cima dos novecentos e poucos
161 milhões é em cima da fonte 134 que é da SES. Tudo que for empenhado é para 12 meses. Em seguida
162 **a Conselheira Conceição esclarece** que nas portarias e em todas as ações ela sempre segue a
163 população IBGE atualizada, já os repasses feitos pela União não temos governabilidade e a União
164 nos repassa fundo a fundo. Em seguida **o Conselheiro Bazan diz que** o Conselho Estadual de Saúde
165 pode tirar uma recomendação para o Conselho Nacional, para que o Ministério da Saúde utilize
166 somente o índice do IBGE, para evitar essas questões. Após os esclarecimentos a Técnica Lucinéia
167 da seqüência a apresentação dos programas. **Programa 275** – Consolidação das ações de Vigilância
168 em Saúde, com o objetivo de reduzir a Morbi-Mortalidade por agravos e doenças transmissíveis e



SUS

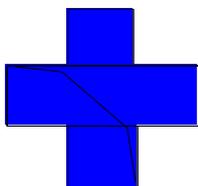
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

169 não transmissíveis. Esse programa é financiado por três fontes de recursos com orçamento de
170 dezesseis milhões, dos quais já foram empenhados dois milhões. Esse programa se divide entre o MT
171 Laboratório, agravos transmissíveis e não transmissíveis, Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental
172 e saúde do trabalhador. Em **seguida o Conselheiro Bazan relata** que na fonte 134 só conseguiu
173 empenhar 5% e a fonte 112 empenhou 21% e isso mostra que no final do ano teremos a ação
174 executada. Diz que a fonte 134 em vários momentos não tem empenho nenhum, alguns empenhos
175 estão garantidos até dezembro, gostaria de saber quantos desses orçamentos estão comprometido em
176 100% até dezembro? Em **seguida o Conselheiro João Dourado diz** que quando se fala em
177 prevenção e promoção e vigilância, começamos a sentir onde esta o maior gargalo e o que esta
178 levando a repercussão para alta complexidade. Diz que fica bastante preocupado de ver o quanto o a
179 SES está sendo incapazes de gastar os recursos que estão vindo do Ministério da Saúde. Diz ainda
180 que o problema da licitação se quiser resolver tem como resolver. O Conselho tem que sair daqui
181 com uma recomendação de que tem que sair da SAD as licitações e a SES ter a autonomia de fazer
182 as suas licitações. Em seguida **o presidente esclarece que o Conselho** já aprovou uma resolução
183 recomendando que a licitação das compras da Secretária saia da SAD e seja feita na SES. Em seguida
184 **a Conselheira Lilia faz uma contribuição** e diz que para visibilizarmos melhor a SES/MT, temos
185 que ter em mãos os dados do segundo semestre, diz que a Comissão de Orçamento pode se
186 aprofundar mais e traz esse mais detalhado para o Conselho. Em **seguida o Sr. Oberdan (Técnico**
187 **da SES)** diz que apesar de todos os problemas que a SES está passando com relação a licitação,
188 podemos observar que está indo bem, pois a maior ação da vigilância esta em cima da fonte 112. A
189 fonte 134 depende de algumas ações, pois tem muitas ações de reformas em escritórios regionais e
190 alguns repasses para os municípios, esta é uma contrapartida que o Estado vai ter que dar em cima da
191 fonte 112. Em **seguida o Conselheiro Edvande diz** que tem alguns empresários que estão
192 reclamando das visitas da Vigilância Sanitária com relação a emissão dos Alvarás. Edvande faz um
193 questionamento e pergunta se esses recursos arrecadados de multas pela vigilância não é para ser
194 investidos no melhoramento do setor? Em **seguida o Conselheiro Bazan pede** a fala e faz um pedido
195 de desculpas para a área técnica pois fez uma análise errada e que o Sr. Oberdan já fez os devidos
196 esclarecimentos. Em **seguida a técnica Lucinéia faz os esclarecimentos** e dia que empenho é feito
197 para um credor, a legislação não permite que faça empenho de forma geral. Após os esclarecimentos
198 a Técnica Lucinéia da seqüência na apresentação dos programas. **Programa 276 – Reorganização da**
199 **Rede de atenção de Média e Alta Complexidade com foco na Regionalização**, com o objetivo de
200 garantir a efetividade dos serviços de média e alta complexidade, através da organização das ações de
201 atenção a saúde, descentralizando os serviços por meio de pactos de cooperação e articulação com os
202 municípios. Esse programa é financiado por quatro fontes de recursos, com orçamento inicial de
203 cento e noventa e quatro milhões e já foram empenhados oitenta e sete milhões e já existe credores
204 pré determinados. Após a apresentação **o Presidente abre para os questionamentos** aos
205 Conselheiros. Em seguida **o Conselheiro João Dourado relata** que onde foi apontado a questão das
206 OSS, com trinta e um milhões até o final do ano com o acréscimo da tabela do SUS em 180% e isso
207 foi mostrado no Jornal a Gazeta. Diz ainda que o Conselho assinou um cheque em branco ao
208 Secretário para uma questão que não foi nem discutido no Conselho e não temos nenhum mecanismo
209 para saber como vai ficar isso. o Conselheiro questionou ainda: “Esse recurso de trinta e um milhões
210 é somente para o Hospital Metropolitano?”. Em seguida **a conselheira Aparecida Clestiane,**



SUS

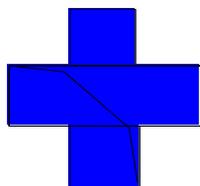
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

211 questionou se nos quinze milhões que está no consórcio, se foi feito o ajuste? Pois houve uma
212 defasagem muito grande. Com relação as OSS, onde é que está nessa apresentação gastos com os
213 Hospitais regionais? Em **seguida o Conselheiro Bazan diz** que esta é uma questão que esta sendo
214 apresentada, novamente as danças dos números, pois o orçamento inicial era cento e sessenta milhões
215 que foi aprovado pelo Conselho e pulou para cento e noventa milhões, esse valor a mais, o
216 remanejamento não foi aprovado no Conselho. Diz que existe na SES 114 contratos em vigência, que
217 tem que ser apresentado ao Conselho, e cada contrato desses tem um fiscal de contrato que também
218 tem que ser apresentado ao Conselho. O relatório do RAG mostra que não tem fiscal de contrato.
219 Quando vai ser apresentado todos os contratos e seus fiscais ao Conselho? Em seguida **a Técnica**
220 **Lucinéia responde** aos questionamentos e diz que com relação as OSS, os trinta e três milhões
221 foram para OSS e para ação no município de Cuiabá, a princípio o orçamento inicial foi de vinte e
222 oito milhões e depois houve o remanejamento. Com relação ao consórcio, nesse recurso para o
223 consórcio, estava o incremento de recurso e a área técnica esta estudando para ver como vai trabalhar
224 isso, como vai ser esse atendimento. Com relação aos Hospitais, a manutenção disso esta no projeto
225 2975. Após os esclarecimentos **a técnica Lucinéia da seqüência na apresentação** dos programas.
226 **Programa 278** – Implementação do Processo de Gestão do SUS, com o objetivo de melhorar a
227 qualidade e a resolubilidade dos serviços prestados à população por meio do fortalecimento da
228 Gestão do SUS. Dentro do programa ela demonstra o projeto atividade, a consolidação das ações de
229 auditoria em consonância com pacto, o fortalecimento da Gestão regionalizada do SUS,
230 modernização administrativa, operacionalização da Gestão Plena, operacionalização interestadual do
231 tratamento fora do domicílio, entre outros projetos. Após a apresentação **o Presidente coloca** em
232 discussão o assunto aos conselheiros. Em **seguida a Conselheira Clestiane pergunta**, o que existe
233 nesse programa com relação a humanização? Em seguida **o Conselheiro Carlos Eilert relata** que, a
234 alguns anos atrás a humanização da SES tinha cem mil reais e uma coordenação, e depois os cem mil
235 não foram gastos e a coordenação virou uma F Gentinha. Diz que hoje o ministério cobra a questão
236 da humanização e o nosso Estado vai investir. Em **seguida a Técnica Ivana faz o seu** esclarecimento
237 e diz que temos que levar os problemas para os municípios, porque hoje cada município, com os
238 secretários junto com os prefeitos pactuaram com o município de Cuiabá. Hoje não passa pela
239 regulação Estadual e sim pela regulação do município. Diz que em relação a demora do fluxo de
240 pacientes, isso foi estabelecido central municipal de Cuiabá com os prestadores, isso não passa pela
241 central de regulação Estadual., isso tem que ser mudado. Em seguida **a Conselheira Conceição faz** o
242 seu esclarecimento e diz que, em relação a política de humanização, a SES vem colocando em
243 prática, mas estamos ainda com uma equipe reduzida. Diz ainda que só vamos conseguir humanizar
244 de fato, quando tivermos os serviços organizados, estruturados, regulados por que grande parte dos
245 serviços de humanização, fazemos com qualidade esse é o grande foco. Com relação a política de
246 promoção a saúde, a equipe esta concluindo, esta terminando de escrever a política. Em **seguida a**
247 **Conselheira Marivanda complementa** dizendo que a política de promoção da saúde esta passando
248 por três fases: a primeira é a fase interna, com todas as áreas programáticas da SES, o segundo
249 momento é com as regionais. Trabalhar a humanização com as regionais e o terceiro momento é
250 realizar um fórum externo com a população para que elas também possam colaborar. Após os
251 esclarecimentos, **o Presidente passa para** a técnica Lucinéia fazer a apresentação do ultimo
252 programa. Em seguida a **técnica Lucinéia da seqüência na apresentação** dos programas.



SUS

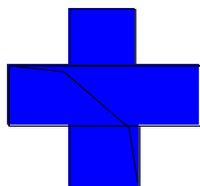
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

253 **Programa 279** – Política de investimento nas ações de promoção, prevenção e proteção à saúde, com
254 o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados a população por meio da utilização dos
255 instrumentos de planejamento plano diretor de investimento e plano diretor de regionalização. Diz
256 ainda que na verdade esse programa é para obras, reformas e ampliações na rede de atendimento.
257 Apresenta os projetos atividades, 2978, 2979 e 3745. Após a apresentação o **Presidente coloca em**
258 **discussão** o assunto aos conselheiros. Em **seguida Maria Aparecida Amorim** faz um
259 questionamento com relação ao Hospital Julio Muller setor de nefrologia, tem um esqueleto
260 (construção) na frente do Hospital causando uma série de transtorno e esta parado há mais de um ano.
261 Com isso gostaria de ver como vai ficar essa situação, pois quem toca a obra é o Estado? Em seguida
262 **o Auditor Geral, o Sr Eliberto** relata que participou de uma reunião que foi tratado sobre esse
263 assunto, sobre a obra do Hospital Julio Muller, esse assunto já esta sendo tratado a nível de SINFRA,
264 já com cronograma para o término da obra, a SES esta também com um cronograma de licitação para
265 compra de materiais para que funcione o mais rápido possível. Em seguida **o Conselheiro Bazan** fez
266 um questionamentos, ele questionou onde está o conserto do elevador do centro de odontologia do
267 CEOP, foi empenhado esse recurso? Em **seguida a Conselheira Zuleide relata** que com relação a
268 obra inacabada do Hospital Julio Muller, foi feita uma visita no Hospital inclusive com a presença do
269 diretor e nos foi colocado que o recurso existe, tem todo o documento, mas o recurso foi desviado,
270 isso já está no Ministério Publico do Município e o Estado esta intervindo para resolver essa situação.
271 Em **seguida o Conselheiro João faz** o seu questionamento, pergunta se os escritórios regionais estão
272 ligados em qual superintendência e se as ações são propostas por essa superintendência? Pois tem
273 escritório fazendo as coisas de forma desordenada. **João Dourado faz o seguinte encaminhamento:**
274 **Recomenda que a Superintendência de articulação regional faça um acompanhamento das**
275 **ações feitas pelos escritórios regionais aos municípios.** Pois o Conselho tem tido reclamações de
276 alguns municípios sobre ações de alguns municípios mais especificamente o de Pontes Lacerda. Em
277 **seguida a técnica Lucinéia faz** os devidos esclarecimentos e diz que todos os anos é colocado
278 recursos para as unidades descentralizadas, há o recurso também para o CEOP e é a unidade que vai
279 definir os gastos. Em **seguida a Conselheira Maria Aparecida Amorim questionou** sobre os
280 recursos da emenda parlamentar. Ela esta vindo de onde. **A Lucinéia responde** que o recurso esta
281 vindo da fonte 100, do tesouro do Estado. Em **seguida a Conselheira Leila Boabaid diz** que tem
282 escritórios e escritórios e relata que não esta subordinada a Deputado nenhum e sim da Gestão. Após
283 os questionamentos e os esclarecimentos **o Presidente finaliza a reunião do período da manhã** e
284 pede a todos que retornem a reunião do período da tarde às 14:00 horas. Após o almoço, às 14:20
285 horas deu início a reunião do período **VESPERTINO**. O Secretário Executivo, Sr. Ivan Utsch Seba
286 deu início a reunião e solicitou do Pleno do Conselho que indicasse um representante para presidir a
287 reunião, devido a ausência do Presidente e do Vice Presidente do Conselho. O Pleno do Conselho
288 **indicou o Sr. José Carlos Bazan como presidente Ad Hoc para conduzir a reunião.** Após a
289 indicação o Presidente deu inicio a reunião. Conforme foi encaminhado na parte da manhã o
290 Presidente começou pelas três inclusões de pauta, aprovadas pelo Pleno no período da manhã. A
291 primeira inclusão de pauta é sobre os processos analisados pela Comissão de Ética do Conselho
292 Estadual de Saúde. Processo 255328/11. Em **seguida a Conselheira Lilia (Coordenadora da**
293 **Comissão de Ética)** faz o relato sobre 265083/11 para encaminhamentos do Pleno do CES/MT.
294 Relata que o seguimento das Entidades Ambientalistas fizeram uma carta de repudio contra a



SUS

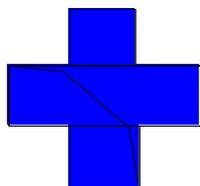
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

295 entidade que compõe este Conselho, a entidade ADERCO, com relação ao seu posicionamento na
296 votação sobre as OSS no dia 06/04/11, disseram ainda que a ADERCO a mais de três anos faz vem
297 fazendo parte dos fóruns, diante do fato a FORMAD solicita a anulação do voto do conselheiro e a
298 substituição da entidade na representação no Conselho. Após o relato a Conselheira colocou para
299 encaminhamento do Pleno, por ser um assunto muito polemico. Em **seguida a Conselheira Leila**
300 **Boabaid propõe** a Comissão de Ética que filtre esses assuntos antes de apresentar ao Pleno, que
301 analise melhor e que de direito as partes para a ampla defesa. Relata ainda que foi um erro da
302 Secretaria Executiva em encaminhar o processo direto para a Comissão de Ética. Em **seguida o**
303 **Secretário Geral, Ivan Seba pede** a fala para os devidos esclarecimentos e relata que com relação a
304 encaminhar ou não para a Comissão de Ética, deixa claro que a uns dois anos atrás foi formada uma
305 Comissão para trabalhar o fluxo das Comissões e até mesmo da Secretária Executiva e a Conselheira
306 Leila faz parte dessa Comissão que foi formada, o Dr. Ângelo também e até hoje não se concluiu esse
307 trabalho e não tem nenhum encaminhamento sobre isso. Diz ainda que o fluxo da Secretaria
308 Geral sempre foi assim, quando chega qualquer documento que diz respeito a alguma entidade ou a
309 algum conselheiro é encaminhado para a Comissão de Ética, por isso foi encaminhado dessa forma. E
310 deixa claro que quem esta encaminhando para o Pleno é a Comissão de Ética e não a Secretaria
311 Executiva. Em **seguida a conselheira Marivanda encaminha** que, todos os processo com relação a
312 conselheiros seja passado primeiramente pela Mesa Diretora. Em **seguida o Conselheiro João**
313 **Dourado relata** que acha certo que a Comissão tenha encaminhado para o Pleno do Conselho e diz
314 que o Conselho tem condições de resolver isso, com relação a moção de repúdio já foi resolvido no
315 FORMAD e esta vindo para o conselho para conhecimento e após o conhecimento sou a favor do
316 encaminhamento do processo para arquivamento. Com relação a outro ponto de anulação do voto da
317 ADERCO, João relata que não é de legitimidade do Conselho anular o voto da ADERCO.
318 Finalizando diz que esse processo fique apenas para conhecimento do Pleno e que seja arquivado.
319 Em seguida **a Conselheira Maria Aparecida Amorim Fernandes** diz que os fluxos dos processos
320 tem que ser despachados com o presidente via Mesa Diretora. Em **seguida o Conselheiro José**
321 **Carlos Bazan relata** que, hoje no Estado existe 112 mil entidades sócio ambientais, dessas entidades
322 56 conseguimos localizá-las para fazer o movimento ambiental, diz que criou o fórum do meio
323 ambiente, diz ainda que o processo de escolha do movimento ambiental foi dado na imprensa que é
324 devido e não foi somente reunido quatro ou cinco pessoas como foi falado e acho que a Comissão de
325 Ética deveria ter me procurado para amenizarmos essa situação. Diz ainda que no ano de 2012
326 gostaria que estivesse uma maior representação na eleição do representante para o Conselho. Em
327 **seguida o Presidente diz** que o encaminhamento da Conselheira Marivanda é de que todos os
328 processo com relação aos conselheiros e entidades que vier para Secretaria Executiva, seja passado
329 primeiramente pela Mesa Diretora do Conselho e depois vir para a pauta da reunião do Conselho. **O**
330 **Presidente colocou em votação a proposta da conselheira**, e foi aprovado por unanimidade. O
331 segundo encaminhamento que o **presidente colocou em votação foi a proposta do Conselheiro**
332 **João Dourado**. A Proposta é pelo o arquivamento do processo que diz respeito a ADERCO e o não
333 acatamento do Conselho Estadual de Saúde de anular o voto da entidade. O encaminhamento
334 proposto foi aprovado por unanimidade. Após a votação do referido processo, **o Conselheiro João**
335 **Dourado (Coordenador da Comissão de Ética)** da continuidade a reunião fazendo o relato de outro
336 processo. Processo nº 142953 protocolado na Secretaria Geral que dita sobre o processo encaminhado



SUS

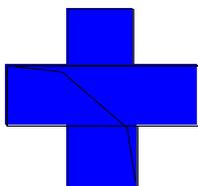
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

337 pela Conselheira Marivanda, contra a conselheira Lilia Suely, sobre a difamação de sua pessoa com
338 relação a participação em um evento sobre Pessoas com Deficiência. Relata ainda que diante da
339 situação a Comissão Analisou o conteúdo do Processo e constatou que no relato da Conselheira
340 Marivanda, de que a conselheira Lilia disse que a conselheira Marivanda apenas PASSOU pelo
341 evento não consta na ATA, o que conta é PASSOU pelo evento. Contudo o coordenador da
342 Comissão após a análise de todo processo e relendo as linhas linha 98 a 100 do corpo da ATA citada
343 no processo, tomamos o seguinte encaminhamento: Que a Conselheira Lilia fizesse um documento
344 de pedido de desculpas a conselheira Marivanda, pois o que foi verificado também foi que a fala da
345 Conselheira na ATA não condiz com o que foi relatado. Com isso a Conselheira Lilia redigiu o seu
346 pedido de desculpas com o seguinte teor: “De acordo com o processo nº 142953/2011 onde a
347 conselheira Marivanda Inêz Rodrigues Pereira Eilert montou um processo contra mim, Lilia Suely
348 Alves dos Santos, e diante da ATA aprovada por este egrégio Conselho Estadual de Saúde, onde o
349 que foi dito no documento não condiz com o que esta registrada na ATA gravada e escrita, onde eu
350 disse que ela passou pelo evento e passeou como ela declarou. Mesmo assim, pela unidade dos
351 seguimentos e fortalecimento do Controle Social no CES/MT, peço desculpas a conselheira
352 Marivanda. Pois nossa representação no Conselho Estadual de Saúde, como representante do
353 movimento da pessoa com deficiência, jamais é de ferir ou ofender ninguém, nem mesmo os
354 companheiros conselheiros. Objetivando sim, como conselheira o fortalecimento e a efetivação do
355 Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso”. Após a leitura e a entrega do pedido de
356 desculpas da conselheira Lilia a Conselheira Marivanda, o Coordenador da Comissão indagou a
357 Conselheira Marivanda se estava aceito o pedido de desculpas e passou a fala a mesma. Em **seguida**
358 **a conselheira Marivanda disse que aceitava, mas que isso não poderia mais acontecer no**
359 **Conselho e que as pessoas deveriam prestar mais atenção e tomar mais cuidado quando falar**
360 **das pessoas.** Após o pedido de desculpas o **Presidente passa** para a ultimo pedido de inclusão de
361 pauta. **Recomposição da Comissão de análise e reformulação da Lei Complementar 22.** Em **seguida**
362 **a Conselheira Mázena (Coordenadora da Comissão) disse** que faz parte da Comissão de
363 reformulação da Lei do Conselho e que esse trabalho já foi feito em 2010 com a Comissão e com
364 alguns membros da Comissão que estavam presentes e concluído ainda no ano passado. Relata ainda
365 que foi trazido ao Pleno por duas vezes e foi retirado de pauta, porque os conselheiros queriam uma
366 maior discussão a respeito disso. Com isso foi colocado a todos os conselheiros um prazo para
367 discussão, sugestões de alteração e ninguém se manifestou, foi reaberto outro prazo para
368 manifestações dos conselheiros e ninguém se manifestou. Na última reunião Ordinária de 2010 foi
369 colocado que esse assunto seria colocado como primeiro ponto de pauta em 2011, relatou ainda que
370 os trabalhos da Comissão sobre o assunto, na época Comissão estava completa e que os conselheiros
371 que saíram da Comissão só saíram após a conclusão dos trabalhos. Relatou ainda que o trabalho esta
372 pronto e que é de conhecimento de todos. Finalizando disse que, agora é preciso apenas que o
373 Presidente acate e traga para a manifestação do Pleno e **propõe agendar** uma reunião com o
374 Secretário para dar encaminhamento na Alteração da Lei Complementar 22. O **Conselheiro João**
375 **Dourado diz que** é importante que a Comissão esteja recomposta porque se o Presidente sugerir
376 alguma alteração que a Comissão esteja recomposta para fazer a análise das futuras alterações, pois o
377 Presidente disse que gostaria de rever o que foi analisado pela Comissão. Diante disso o Conselheiro
378 acha importante que a Comissão esteja completa. Em **seguida a conselheira Maria Luiza Ortiz**



SUS

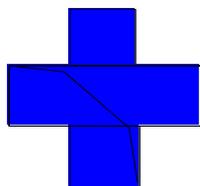
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

379 **relata** que a Comissão esta em vacância pois faltam dois representantes, que a Comissão deveria ser
380 recomposta para dar continuidade aos trabalhos. Em **seguida a Conselheira Leila Boabaid** disse que
381 a recomposição da Comissão só seria viável se os trabalhos não tivessem sido concluídos. Em
382 **seguida a Conselheira Marivanda disse** que como os trabalhos já foram concluídos não é
383 necessário recompor a Comissão. Que os trabalhos feitos sejam encaminhados para o Presidente e
384 seja marcada a pauta para discussão e homologação. Em **seguida a Conselheira Aparecida Amorim**
385 **disse** que a finalização do trabalho da Comissão finda-se com os encaminhamentos pertinentes e isso
386 ainda não foi feito, pois tem que se trazer para o Pleno para aprovação. Aparecida Amorim faz o seu
387 encaminhamento e disse que a Comissão seja recomposta pelos seus respectivos suplentes, no caso
388 da Sra. Alzita Leão, ficaria no lugar a Sra. Zuleide e no lugar da Sra. Clélia Brito ficaria a Sra.
389 Márcia Gomes Pereira. E, seguida a **Conselheira Márcia disse que** a Lei já esta pronta e todos já
390 tivemos a oportunidade de discutir a reformulação e o eu tem que ser feito agora é encaminhar para o
391 legislativo. Os três conselheiros que estão ai são suficientes para encaminhar isso e não é necessário
392 recompor essa Comissão. Em **seguida a Conselheira Zuleide disse que** a Comissão para ser
393 legítima ela tem que ser formada por cinco membros e concorda que seja recomposta pelos seus
394 respectivos suplentes como foi proposto. Em **seguida o Conselheiro Ângelo disse** que mesmo só
395 com três representantes a Comissão estaria valendo, pois teria quorum. Após as discussões e os
396 esclarecimentos **o Presidente coloca em aprovação do Pleno** a proposta da conselheira Maria
397 Aparecida Amorim, que a Comissão seja recomposta pelos seus respectivos suplentes, no caso da
398 Sra. Alzita Leão, ficaria no lugar a Sra. Zuleide e no lugar da Sra. Clélia Brito ficaria a Sra. Márcia
399 Gomes Pereira. A referida proposta de recomposição **foi aprovada por unanimidade 13 (treze)**
400 **votos**. O Presidente coloca em votação também que a Comissão apresente ao Pleno do Conselho a
401 Lei reformulada para os devidos encaminhamentos do Pleno na próxima reunião Ordinária do
402 Conselho. Com **12 (doze) votos a favor e uma abstenção foi aprovado** o referido encaminhamento.
403 Após a votação **o Presidente da continuidade a reunião com a pauta do período vespertino**.
404 Pauta aprovação da ATA da Reunião Extraordinária do mês de abril. O Presidente coloca em
405 discussão a ATA. Em **seguida a Conselheira Cida Amorim fez** a sua proposta de correção, corrigir
406 a sigla de Fonodiologia. Em **seguida o conselheiro Bazan** pede correção na página 127 (que é hora
407 de expediente). Em **seguida a conselheira Suely Abreu solicita** a correção na linha 100, com
408 relação a concordância. Em **seguida a Conselheira Marivanda solicita** correção e diz que quando
409 tiver fala transcrita do conselheiro, que coloque entre aspas. Após os pedidos de correção **o**
410 **Presidente coloca em votação a ATA** com as devidas correções. A ATA foi aprovada por
411 unanimidade. Após a aprovação da ATA o Presidente passa para o Expediente Relevante e passa a
412 fala para o Secretário Executivo, Ivan Seba. **O Sr. Ivan Seba diz:** “A Secretária Geral informa o
413 recebimento do Ofício Circular 64 que foi encaminhado pela secretária executiva do Conselho
414 Nacional de Saúde que trata do Seminário de Planejamento e Orçamento que será realizado 07/06/11
415 no Auditório do Tribunal de Contas da União em Brasília. Com isso, estão solicitando um
416 representante do Conselho para se fazer presente no evento.” Em seguida o Pleno indicou o Nome do
417 Conselheiro Bazan para representar o CES/MT no evento. O Presidente colocou em votação, e foi
418 aprovado por unanimidade o nome do conselheiro Bazan. Em seguida **o Secretário Executivo, Ivan**
419 **Seba faz** o segundo expediente relevante: “A Gerência de Contratualização da SES, solicita que o
420 Conselho indique um conselheiro para fazer parte da Comissão de Acompanhamento a



SUS

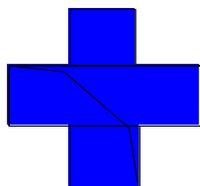
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

421 Contratualização do Hospital São João Batista”. Em seguida o Conselheiro Ângelo Falcão se
422 candidata a vaga. **O Presidente colocou em votação** o Nome do conselheiro proposto e foi aprovado
423 por unanimidade. Após os expedientes relevantes **o Presidente da continuidade a reunião** com o
424 primeiro ponto de pauta do período da tarde. **Pauta 4.1** – Apresentação, discussão e
425 encaminhamentos da Política Estadual de Alimentação e Nutrição de MT (PEAN/MT) e instituir a
426 Comissão Inter-setorial de Alimentação e Nutrição – CIAN. Em seguida a Técnica Glaubia, da
427 Coordenadoria de Ações Programáticas fez a apresentação sobre a política, primeiramente fez o
428 cumprimento a todos e um agradecimento especial ao Ex-Conselheiro que faleceu, o Sr. Lousite que
429 sempre defendeu a inclusão desse tema na pauta da reunião do Conselho e dedicou o momento da
430 apresentação ao Sr. Lousite. Após os cumprimentos a Sra Claubia fez um processo de sensibilização
431 aos conselheiros sobre a importância da alimentação e nutrição. Mostrou também a importância da
432 criação de uma Comissão Inter setorial de alimentação e nutrição no âmbito da SES. Demonstrou ao
433 Pleno todo embasamento legal, leis, portarias, resoluções do Conselho Nacional de Saúde que servem
434 de subsídio para esta política. Após a apresentação **o Presidente coloca em discussão** o assunto ao
435 Pleno do Conselho. Em **seguida o Conselheiro Ângelo diz que** essa Comissão a ser formada é
436 altamente técnica que poderá ter até mesmo representação política. Pergunta a Sra. Glaubia se já
437 trouxe uma proposta de que a Comissão teria as representações institucionais que atuem nessa área?
438 Em **seguida Sra. Glaubia** responde que ainda não tem pronto quais as representações que poderia
439 estar compondo a Comissão mas que já tem algumas sugestões e se for o caso poderá estar
440 apresentando em outro momento e nesse momento estaria fazendo apenas a sensibilização para a
441 Política. Em seguida **o Presidente disse que** a área técnica tem que formar essa Comissão e trazer ao
442 Pleno. Em seguida **a Conselheira Marivanda faz** um questionamento e diz que gostaria de saber se
443 temos que criar dentro do Conselho uma Comissão para acompanhar a questão da alimentação e
444 nutrição? Em seguida **a Conselheira Maria Aparecida Amorim esclarece** que essa comissão seria
445 de assessoramento, essa é uma Comissão criada pelo Conselho, mas é uma Comissão nos moldes da
446 CIST, é uma Comissão de Assessoramento. Em seguida **o Conselheiro Bazan faz** o seu
447 encaminhamento: “que a equipe técnica sente com a assessoria jurídica do Conselho e traga para o
448 Conselho em uma próxima reunião a composição dessa Comissão”. Em **seguida o Conselheiro**
449 **Neuzo disse** que, em se tratando de alimentação e saúde é preciso que o produtor também esteja ai
450 representado, principalmente aquele que se propõe a produzir sem o uso de agrotóxico. Em seguida **o**
451 **Conselheiro Carlos Eilert disse** que não é contra a Comissão mas acha que o Pleno tem que pensar
452 de que forma o Conselho vai deflagrar esse processo, o Conselho precisa de pessoas para ajudar nos
453 trabalhos administrativos e não esta conseguindo. O Conselho precisa aprovar uma recomendação
454 imediata para a recomposição do nosso quadro de funcionários do Conselho, pelo menos mais dois
455 servidores com DGA, já que a Secretaria não pode mais contratar pelo IDEP. Além de formar mais
456 uma comissão temos que dar também apoio administrativo. Após a apresentação e os esclarecimentos
457 **o Presidente coloca em aprovação a proposta** de encaminhamento. A proposta de encaminhamento
458 foi que: A área técnica se reúna com a Assessoria Jurídica do CES e defina a composição da
459 Comissão Inter-setorial de Alimentação e Nutrição – CIAN, com a participação de três Conselheiros.
460 Em seguida o referido encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Após a votação **o Presidente**
461 **da seqüência a reunião, e faz a proposta** de inversão de pauta. Que se discuta a pauta 4.4, que é
462 sobre a aprovação da Redação final da Política da Pessoa com deficiência primeiro antes da pauta



SUS

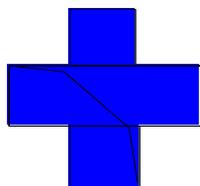
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

463 4.2. Em seguida foi aprovada a inversão do ponto de pauta. O Presidente colocou em aprovação a
464 redação final da Minuta da Política Estadual de Saúde da Pessoa com deficiência de MT, fez a leitura
465 das alterações propostas nas páginas, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14. Após a leitura das alterações
466 propostas o Presidente colocou em votação. A redação final foi aprovada com 12(doze) votos a favor,
467 nenhum contrario e nenhuma abstenção. Após a votação o Presidente da seqüência a reunião. **Pauta**
468 **4.2** – Apresentação e discussão dos encaminhamentos propostos pela Coordenação da 7ª Conferência
469 estadual de Saúde e composição das Sub Comissões da Conferência. **A Sra. Leila Boabaid,**
470 **Coordenadora** da Conferência Estadual disse que a Comissão esteve reunida por várias vezes e
471 foram feitos alguns encaminhamentos juntamente com a Secretaria Executiva do Conselho, já foram
472 encaminhados o Regimento Interno que foi publicado posteriormente, foi enviado também a todos os
473 141 municípios e para os 16 escritórios regionais, para as unidades da SES, Conselhos Municipais de
474 Saúde e entidades que compõe o Conselho. Houve também reuniões com todas as Superintendências
475 envolvidas com o tema Estadual que foi deliberado por esse Pleno, a área técnica já construiu o
476 material de apresentação dos temas Estadual. A Sra. Leila apresentou a logomarca da 7ª Conferência
477 Estadual de Saúde, com todas as alterações e correções para aprovação do Pleno, apresentou também
478 os modelos de camisetas com quatro cores. Em seguida o Conselheiro Edvande solicita a inclusão na
479 logomarca a imagem do Tuiuiu, por ser a marca do Pantanal de Mato Grosso. **O Presidente colocou**
480 **em aprovação** a arte da logomarca proposta pela Comissão Organizadora. Após a votação, a
481 proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida **a Sra. Leila relatou que as cores das camisetas**
482 **serão definidas pela Comissão de Infra Estrutura.** A Leila Boabaid relatou ainda a importância da
483 composição das Sub Comissões da 7ª Conferência e o Pleno teria que definir essas questões para que
484 as Comissões possam trabalhar, as Comissões precisam ser formadas para que cada uma tome as suas
485 responsabilidades. Em seguida **o Conselheiro Ângelo disse que** em alguns casos haveria a
486 necessidade do apoio técnico da SES. Com isso essas comissões poderiam ser formadas também por
487 técnicos da SES. Em **seguida o Presidente apresentou os nomes** dos conselheiros que se
488 manifestaram para compor as Comissões: A Conselheira Marivanda, o Conselheiro João Dourado, a
489 Conselheira Maria Aparecida Amorim, o Conselheiro Edvande Pinto de França e o Conselheiro José
490 Carlos Bazan se manifestaram para compor a Comissão de Mobilização. Para compor a Comissão de
491 Orçamento e Finanças se manifestou para compor, o Conselheiro Edvande Pinto de França. Para
492 compor a Sub Comissão de Relatoria se manifestou o Conselheiro José Carlos Bazan. Para compor a
493 Sub Comissão de Infra Estrutura nenhum conselheiro se manifestou. Para Compôr a Comissão de
494 Comunicação e Informação se manifestaram para participar a conselheira Maria Aparecida Amorim,
495 a Conselheira Zuleide e o Conselheiro Neuzo Antônio de Oliveira. Em **seguida a Conselheira**
496 **Márcia disse** que já é a terceira reunião que estão tentando compor as Comissões, de todas as
497 formas, na reunião e por email e não obtivemos êxito. Com isso a Conselheira propõe que o Pleno de
498 autonomia para a Comissão Organizadora da 7ª Conferência Estadual de Saúde para compor as
499 Comissões e Sub Comissões, devido a falta de tempo. Em **seguida o Presidente coloca em votação**
500 a referida proposta da Conselheira Márcia e após a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.
501 Em seguida **o Presidente deu seqüência a reunião, Pauta 4.3** – Apresentação, discussão e
502 encaminhamentos sobre o Plano do Estado para implantação das UPAS, sala de estabilização e
503 SAMU. Em **seguida a Sra. Oliane Odoy fez a apresentação** sobre as UPAS – Unidade de Pronto
504 Atendimento da Saúde, relatou que é ainda um pré projeto. O Plano Estadual de Urgência e



SUS

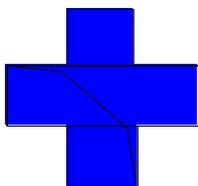
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

505 Emergência abrange muito mais coisas do que assistência hospitalar, diz que é preciso ter hospital de
506 referência e a regulação tem que estar bem coordenada. Disse ainda que nos municípios esse Plano
507 tem que passar pelos colegiados de gestão para a sua posterior implantação. Inicialmente foram 09
508 aprovadas e mais 03 em 2010. Em **seguida a Conselheira Leila pediu** ao Presidente que antes das
509 discussões informasse ao Pleno sobre a Conferência Indígena. Após a apresentação **o Presidente**
510 **coloca ao Pleno** a importância do Conselho em apoiar a 2ª Conferência Indígena do Estado de Mato
511 Grosso. O Presidente passa a fala para o Srº José Angelo, representante indígena para falar um pouco
512 sobre o evento. O Sr. José relatou a importância da participação indígena na construção da política de
513 saúde, solicitou o apoio do CES/MT, para realização da Conferência Indígena. Em seguida a
514 **Conselheira Maria Aparecida Amorim disse** que acha muito importante a participação indígena e
515 que é pertinente que o Pleno aprove que essa Conferência seja anexa a Conferência Estadual de
516 Saúde. Em **seguida o Conselheiro Neuzo disse** que os indígenas tem todo direito de participar e já
517 esta inserido nas discussões. Em **seguida o Presidente colocou em votação** a realização da 2ª
518 Conferência Indígena e o apoio do CES/MT. O encaminhamento proposto pelo presidente foi
519 aprovado por unanimidade. Após a aprovação da realização do evento, **o Presidente colocou em**
520 **discussão a apresentação sobre as UPAS, SAMU e Sala de Estabilização.** Em seguida **o Conselheiro**
521 **Ângelo disse** que a sua preocupação é com a manutenção, pois a construção não é difícil, o difícil é a
522 manutenção, pois a estrutura é quase que hospitalar e isso tem que ser bem pensado. Em **seguida o**
523 **Conselheiro Neuzo disse que** a sua preocupação é com relação a Cáceres, pois na fala do Secretário
524 na apresentação anterior, deixou Cáceres em uma desclassificação completa. O Conselho Municipal
525 está em uma luta e se empenhando para levantar essa realidade e apresentar ao Conselho algo de
526 concreto. Neuzo indagou se existe no projeto uma UPAS para Cáceres pois o Secretário disse que
527 não teria. A Técnica Oliane disse que Cáceres fez um protocolo para UPAS tipo dois, disse ainda que
528 Cáceres protocolou junto ao Fundo Nacional de Saúde uma UPAS tipo dois e esta em análise e se ela
529 vai ser contemplada ou não isso cabe ao Ministério da Saúde a habilitação ou não da UPAS
530 solicitada. Em **seguida o Conselheiro Bazan disse que** nas discussões que o projeto é de cento e três
531 milhões e que todos devem lutar para que isso seja implantado, é preciso assumir isso no Conselho de
532 forma concreta. Em **seguida a Conselheira Maria Aparecida Amorim** indagou se nesse projeto
533 contempla pessoal ou só a rede física? A **técnica respondeu que** é só rede física e o pessoal é de
534 responsabilidade da rede do município sede. Com relação ao questionamento do Bazan, a Sra. Oliane
535 disse nesse momento ainda não é de estar votando ou tendo algum posicionamento sobre esse
536 projeto, pois como ainda é um pré projeto ele precisa ser trabalhado, pois o valor posto pode ser outro
537 tendo em vista a necessidade de trabalhar nas bases ainda, esses valores são apenas valores
538 estimados. Em **seguida o Conselheiro Bazan faz** o seu encaminhamento e disse que considere a
539 parceria do Conselho nesse desenho. Após as discussões e aos questionamentos **o Presidente deu**
540 **continuidade a reunião** passando para o último ponto de pauta. **Pauta 4.5** – Apresentação, discussão
541 e encaminhamentos sobre a situação do Programa dos Agentes Comunitários. **A Técnica da SES, a**
542 **Sra. Marta fez a apresentação** e disse que com relação aos Agentes Comunitários de Saúde, ele foi
543 criado junto com o PACS num esforço de começar a construção do SUS em 1991 e hoje ele é
544 considerado uma estratégia, quando não esta ligado a saúde da família. Ele é considerado uma
545 estratégia quando sozinho, é considerado um programa em transição, o programa tem o começo,
546 meio e fim. O Programa de Saúde da Família foi entendido como estratégia, porque ele busca muitas



SUS

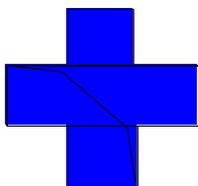
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

547 melhorias mas não tem uma data para a sua finalização. O PACS é considerado quando esta sozinho,
548 em transição para o saúde da família, o agente comunitário faz parte da equipe mínima do Programa
549 da Saúde da Família. **A Técnica relatou ainda que**, o programa foi criado em 2002 que atualmente é
550 regido pela Lei 11350/2006. Com relação a suspensão dos recursos, tem várias situações que podem
551 levar a suspensão dos recursos e tudo está descrito na portaria 648 de 28 de março de 2006, mas
552 destacou algumas situações: se não tiver unidade de saúde cadastrada como referência para
553 população onde o agente esta trabalhando, ausência de enfermeiro supervisor por mais de noventa
554 dias, ausência de agente comunitário por noventa dias, descumprimento de carga horária, não
555 alimentação dos dados no sistema, desvia de finalidades na destinação dos recursos e outros casos
556 descritos na portaria, com isso o recurso é suspenso. Após a apresentação **o Presidente coloca em**
557 **discussão o assunto** aos conselheiros. O Presidente fez uma observação de que na próxima
558 apresentação sobre o assunto seja chamado também o Sindicato dos Agentes Comunitários para
559 colaborar com as discussões. Em **seguida o Conselheiro Ângelo disse** que com relação as
560 competências, O Ministério da Saúde propôs que o alune de medicina deve ser inserido precocemente
561 na rede básica, já no primeiro semestre, com isso como ele vai se inserir na comunidade, como ele
562 vai fazer visita domiciliar?, quem vai com o aluno são os agentes comunitários, então deveria ser
563 acrescentado também algumas mudanças na esfera pedagógica, pois elas são as bengalas dos alunos
564 desde o primeiro semestre no curso de medicina e esse problema sei porque sou professor do curso de
565 medicina. Ângelo relatou que os alunos não podem fazer visita domiciliar sem a presença dos agentes
566 de saúde. Em **seguida o Conselheiro Edvande disse** que esteve no terceiro encontro de agentes de
567 saúde e endemias realizado no Ginásio Dom Aquino e achou muito importante discutir esse assunto
568 no Conselho. O apoio que os agentes querem do Conselho Estadual é que muitas vezes os Conselhos
569 Municipais não conhecem a sua legislação e muitas vezes na hora de debater o Plano Municipal de
570 Saúde não coloca os agentes como parte do programa de saúde da família, os agentes solicitam
571 também o Curso de primeiros socorros. Relatou que as três reivindicações que os agentes fazem são:
572 que eles sejam contemplados com o Pascar, com os cursos, que o Estado veja a possibilidade de
573 equiparar o repasse de R\$ 714,00 reais para os agentes como é o federal, ou seja, equiparar esse piso
574 e que os conselheiros Estaduais apóiem essa bandeira nos municípios. O Conselheiro Edvande fez o
575 encaminhamento de que a Comissão de Monitoramento e Cooperação técnica discuta junto aos
576 Conselhos Municipais de Saúde o Programa dos Agentes Comunitários de Saúde. Em seguida **a**
577 **Conselheira Leila disse que essa** apresentação dá um raio X da situação dos ACS, relatou que, o
578 que a preocupa é a questão dos introdutórios, pois a lei coloca como condição para que o agente
579 realmente assuma, seja nomeado, que ele passe por esse processo de introdutório e muitos municípios
580 não observam isso. Em **seguida o Conselheiro Neuzo fez** um questionamento: indagou se o
581 município para ter acesso ao PASCAR é necessário ter algum convênio? Em **seguida a Técnica**
582 **Marta faz os esclarecimentos** e disse que com relação a Lei como o Conselheiro Ângelo disse, a Lei
583 é Federal e o Estado não vai alterar essa Lei. Com relação ao questionamento do Conselheiro
584 Edvande, é a equipe da atenção primária que vai fazer isso, é o sindicato, não é a SES, o Conselho
585 que vai defender isso, senão teremos que defender todos, o enfermeiro, o técnico, o médico, o
586 psicólogo etc. temos que cobrar sim, a execução da política uma política de qualidade. Com relação a
587 qualificação, na Lei diz que os municípios abaixo de 100 mil habitantes, o Estado pode assumir o
588 introdutório e não toda qualificação, o município tem condições de dar um curso de primeiros



SUS

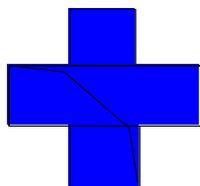
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

589 socorros e isso pode ser passado nos CGRS, nos escritórios. Regionais. Com relação ao piso salarial
590 o Ministério está estudando o piso nacional para o SUS, dessa forma regularizaria tudo. Após os
591 esclarecimentos o Presidente passa para os informes finais. Em seguida o **Secretário Executivo, o**
592 **Sr Ivan Seba faz o** informe e disse que a Gerência de Contratualização da SES solicita que o
593 Conselho indique um conselheiro para fazer parte da Comissão de Acompanhamento do Convênio da
594 Contratualização do Hospital São João Batista. Em seguida o Conselheiro Ângelo Falcão se
595 manifestou como titular e o conselheiro Antônio Cordeiro se manifestou como suplente. Após as
596 manifestações o Presidente colocou em votação os nomes dos conselheiros propostos para compor a
597 Comissão. Em seguida foi aprovado por unanimidade os nomes dos conselheiros. Após a votação e
598 nada mais havendo a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta
599 minutos e após lida e achada conforme, a presente Ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo
600 **Vice Presidente do Conselho Estadual de Saúde, o Srº Carlos Eilert**, pelo Secretario Executivo,
601 **Ivan Utsch Seba** e pelos demais Conselheiros presentes: **Leila Maria Boabaid Levi (SES); Edite**
602 **Eunice de Souza (SES); Ângelo Falcão de Figueiredo (UFMT); Maria Luiza Ortiz (FUNASA);**
603 **Mazena Salah El Din Farah (Entid. Filantrópica); Patrícia Chaves West (SINDESSMAT);**
604 **Aparecida Clestiane da Costa (COSEMS); Maria Aparecida Amorim Fernandes (CRP);**
605 **Geralda Lopes da Silva (COREN); Jucélia Clara Nunes de Souza (CRESS); Suely Abreu**
606 **Barros (CRF); Carlos Alberto Eilert (ED. Física); José Alves (CREFITO); Marivanda Inêz**
607 **Rodrigues Pereira Eilert (CRMV); Zuleide Pulcherio Klein (Suplente SISMA); Jose Carlos**
608 **Bazan (ADERCO); Edvande Pinto de França (Movim. Raças); Márcia Regina Gomes Pereira**
609 **(NEON); João Luiz Dourado (CUT); Lilia Suely Alves dos Santos (ANDE); Raquel Maria de**
610 **Arruda Conceição (ANDE); Antônio Cordeiro Sobral (Assoc. Portad. Patologia); Neuzo**
611 **Antônio de Oliveira (FETAGRI).**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342